



**ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
FINAL**

PARECER

Assunto: Projeto de Decreto Legislativo nº 1221/2019

Autor: Vereador Alúcio Sampaio

Ementa: “Dispõe sobre concessão de Título Honorífico de Cidadão Teresinense ao Senhor Marcelino Lopes Neto”

Conclusão: Parecer favorável

Relator: Vereador Edson Melo

I – RELATÓRIO

O insigne Vereador Alúcio Sampaio apresentou Projeto de Decreto Legislativo que objetiva conceder Título Honorífico de Cidadão Teresinense ao Senhor Marcelino Lopes Neto.

Em justificativa escrita, o nobre parlamentar expôs a biografia da homenageado, mencionando os relevantes serviços por ele realizados.

É, em síntese, o relatório.

II – ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu digníssimo autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina.

Nota-se ainda que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental.

Ademais, percebe-se que a distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, restam-se cumpridos os requisitos de admissibilidade.



III – ANÁLISE SOBRE O PRISMA LEGAL E CONSTITUCIONAL

É importante esclarecer que a matéria sobre a qual versa o projeto de lei está prevista na Lei Orgânica do Município – LOM – a qual atribui à Câmara Municipal a concessão de honrarias a cidadãos, conforme se observa no dispositivo legal abaixo:

Art. 21. São da competência privativa da Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

[...]

XVIII - conceder título honorífico e outras honrarias a cidadãos que tenham, reconhecidamente, prestado relevantes serviços ao Município, mediante decreto legislativo aprovado pela maioria de dois terços de seus membros;

Destarte, a concessão de Título de Cidadania Teresinense é uma das maiores honrarias do Poder Legislativo. O art. 70, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT assevera que é de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre matéria relativa à concessão de títulos honoríficos.

Sob outro viés, é imperioso afirmar que o juízo de conveniência e oportunidade quanto à escolha daqueles cidadãos que prestaram relevantes serviços ao Município de Teresina compete aos nobres edis municipais. Todavia, o art. 36, inciso V, alínea “e”, do RICMT estabelece uma limitação quanto à quantidade de títulos concedidos, conforme se observa a seguir:

Art. 36. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

(...)

V – expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:

(...)

*e) concessão de Título Honorífico de Cidadão Teresinense, em até seis por vereador, e de Título de Mérito Comunitário, em até três por vereador, **anualmente, a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade;** (grifo nosso)*

No caso em comento, o setor competente realizou análise minuciosa e concluiu que houve o preenchimento desse requisito.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Por essas razões e, sobretudo, por estar a proposição em harmonia com o comando normativo vigente, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, aquiescendo com o voto de seu ilustre relator, opina **FAVORAVELMENTE** pela tramitação, discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em 23 de maio de 2019.

Ver. EDSON MELO
Relator

“Pelas conclusões” dos Relatores, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.

Ver. GRAÇA AMORIM
Vice Presidente

Ver. LEVINO DE JESUS
Membro

Ver. DEOLINDO MOURA
Membro